

Construtivismo: uma abordagem teórica para analisar a aproximação política entre países.

Cardozo Sandra.

Cita:

Cardozo Sandra (2010). *Construtivismo: uma abordagem teórica para analisar a aproximação política entre países*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/519>

V CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLITICA

SANDRA APARECIDA CARDOZO

sandraco@ie.ufu.br

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia -UFU - Brasil

Área: Relaciones Internacionales

Teoría de las Relaciones Internacionales

Construtivismo: uma abordagem teórica para analisar a aproximação política entre países.

Resumo: O trabalho elege o construtivismo como uma abordagem teórica para analisar a aproximação política entre países. A categoria central é a noção de que “interesses nacionais” não são definidos objetiva e exogenamente na interação internacional, mas sim interpretados pelo viés de idéias e identidades. O construtivismo, portanto, equaciona a dicotomia entre política externa e política internacional, uma vez que insere no debate acadêmico a relação agente-estrutura como mutuamente constituídos. O objetivo é estabelecer uma discussão teórica e localizada, dentro da teoria das relações internacionais, das premissas e conceitos que sustentam as proposições do construtivismo nas relações internacionais. Por conseguinte, este trabalho analisa a aproximação entre Brasil e Índia pelo viés construtivista, através da identidade de países em desenvolvimento para reforçar a influência nas regras de governança global.

Paper preparado para apresentação no V Latin American Congress of Political Science, organizado pela Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP). Buenos Aires, 28 de Julho de 2010, 30.

Introdução

A tradição realista – *mainstream* das relações internacionais - tomou corpo pela demarcação do Estado como ator principal com foco nos conflitos e na força entre os Estados. Neste viés, os parâmetros do realismo tornaram-se paradigmáticos para a área de relações internacionais. Mas, ao sub-dimensionar os elementos tais como a importância das organizações internacionais, políticas domésticas e cooperações, por exemplo, o neo-realismo, principalmente, abriu margem à ascensão e exequibilidade de outras teorias que demarcaram suas análises nestes fatores ante sub-dimensionados.

A compreensão dos posicionamentos assumidos por Brasil e Índia e da aproximação política entre estes dois países no mundo pós Guerra Fria, proposta deste trabalho, decorre da análise dos interesses nacionais, não objetiva e exogenamente dados na interação internacional e sim interpretados pela ótica das idéias e identidades de cada país. Para equacionar a dicotomia entre política externa e política internacional, elege-se a abordagem construtivista como fonte elucidativa sobre as relações entre Brasil e Índia, uma vez que se insere no debate acadêmico a relação agente-estrutura como mutuamente constituídos.

1. Construtivismo como abordagem teórica

O peso conferido à estrutura que os Estados estão envolvidos é a condição da formulação teórica proposta por Waltz (2002). Em sua observação:

A estrutura de um sistema atua como força constrangedora e disciplinadora, e porque o faz as teorias sistêmicas explicam e predizem menos continuidade dentro do sistema. Uma teoria sistêmica mostra por que motivo mudanças ao nível das unidades produzem menos mudanças nas resultantes do que as que esperaríamos na ausência de constrangimentos sistêmicos (Waltz, 2002: 100).

A teoria de Waltz explica regularidades de comportamento, possibilitando a previsibilidade de resultados nas interações dos Estados no sistema internacional. Porém, não considera essa estrutura como estática. Para o autor, as estruturas parecem estáticas por frequentemente durarem longos períodos, no entanto, mesmo quando não mudam são dinâmicas e afetam o resultado das interações. Estabelece, assim, que “uma teoria das relações internacionais só pode ter êxito se as estruturas políticas forem definidas de forma a identificarem os seus efeitos causais e a mostrarem como esses efeitos variam à medida que a estrutura muda”. (Waltz, 2002: 101).

Waltz também concebe a área de relações internacionais como distinta de outros domínios sociais, econômicos e outros fatores internacionais. Da mesma forma, enfatiza a diferenciação dos fatores internos dos Estados e a estruturação do sistema internacional.

Numa perspectiva sistêmica, a teoria de Waltz descreve as pressões que os Estados estão sujeitos, mas não estabelece como os Estados reagem a estas pressões, a não ser pela busca da sobrevivência. A teoria sistêmica revela as mudanças entre sistemas, mas não contempla os fatores que se encontram fora da esfera da teoria e - como indica Waltz - têm suas causas no nível das unidades.

As premissas desta teoria sistêmica/estruturalista das relações internacionais se detêm aos elementos das forças e pressões do nível internacional. Os fatores nacionais, embora não sejam desconsiderados, não assumem valores explicativos. Waltz alega que mesmo existindo forças atuando tanto no nível internacional quanto no nacional é possível construir uma teoria das relações internacionais sem uma teoria de política externa simultaneamente.

Há um esforço teórico em Waltz pela distinção entre os níveis nacionais e internacionais não somente como parâmetro conceitual, mas também metodológico. Waltz, embora reconheça as variações e características internas dos Estados, molda sua teoria pelo pressuposto de que a estrutura política internacional determina as variáveis da política internacional e o Estado não é um poder agente que influencia esta esfera. Neste sentido, as variáveis domésticas devem ser utilizadas para explicar as políticas externas dos Estados, pois uma explicação estrutural não tem as prerrogativas para explicar as políticas externas de cada país e sim as tendências gerais e características da política internacional. Como assinala, “uma teoria das relações internacionais só pode ter êxito se as estruturas políticas forem definidas de forma a identificarem os seus efeitos causais e a mostrarem como esses efeitos variam à medida que a estrutura muda” (Waltz, 2002: 101).

Para Waltz a ação do Estado no sistema internacional provém do interesse nacional que assegura a sua sobrevivência no sistema, ou seja, o interesse nacional é o interesse de Estado. O interesse nacional se traduz na sobrevivência do Estado, num princípio de auto-ajuda através das escolhas racionais para este fim, num meio que “seleciona” os comportamentos aptos à estrutura anárquica do sistema internacional.

O institucionalismo neoliberal, tal como o neo-realismo, também tem o racionalismo como ponto de partida e considera que os atores agem pelo auto-interesse. Da mesma forma, as duas vertentes, neo-realismo e institucionalismo neoliberal, estabelecem que identidades e interesses são exógenos e dados. “*In such models, actors’ preferences and causal beliefs are given, and attention focuses on the variation in the constraints faced by actors*” (Goldstein e Keohane, 1993: 4).

Na análise da interação entre os Estados, tanto para o neo-realismo quanto neo-institucionalismo, os interesses são um valor dado. Goldstein e Keohane (1993) partem de premissa racionalista da ação dos atores, mas aderem ao pressuposto de que idéias importam. No entanto, assumem o que chamam de meio termo deste debate.

But even if we accept the rationality premise, actions taken by human beings depend on the substantive quality of available ideas, since such ideas help to clarify principles and conceptions of causal relationships, and to coordinate individual behavior. Once institutionalized, furthermore ideas continue to guide action in the absence of costly innovation (Goldstein and Keohane, 1993: 5).

Para os autores, idéias tanto como interesses têm peso causal nas explicações da ação humana e idéias são frequentemente determinantes para a política governamental. Mas esta relação causal ocorre dentro de três preceitos circunscritos ao institucionalismo neoliberal: necessidade dos indivíduos determinarem suas próprias preferências e as alternativas políticas estratégicas para alcançar tais objetivos; idéias como ajuda aos indivíduos na seleção de um resultado entre um conjunto de possibilidades viáveis; instituições que dão continuidade às idéias.

Como apresentadas por Goldstein e Keohane (1993), idéias não fogem ao racionalismo do institucionalismo neoliberal concebido por Keohane. Como assinala

Ruggie¹ (1998), o institucionalismo neoliberal concede um papel causal limitado para fatores ideacionais. Goldstein e Keohane, embora tenham dado espaço nas análises institucionalista, atribuem às idéias o papel para facilitar ações em situações de complexidade ou fornecer pontos específicos sobre possibilidades de coalizões. Ou seja, idéias como uma variável adicional interveniente entre poder, interesse e resultado.

A abordagem construtivista, na extensão do debate teórico nos anos noventa, polarizou as discussões acadêmicas com as abordagens racionalistas, neo-realismo e neoliberalismo, pois enfatiza o impacto das idéias e a formação de interesses e identidades, como um referencial de análise de temas de política internacional.

While disputing the relative importance of material power versus norms and institutions, both approaches are committed to a rationalist view of the difference that structure makes. Structure merely affects behavior; it does not construct actor properties (Jepperson, Wendt, and Katzenstein, 1996: 44).

Ruggie (1998), nesta linha, classifica o neo-realismo e o institucionalismo neoliberalismo, preservando as diferenças, como neo-utilitarismo, uma vez que os preceitos são importados da economia². O neo-utilitarismo ao considerar identidades e interesses como exógenos e dados não problematiza os interesses e identidades dos atores, como a moderna economia não explica a origem dos mercados, pois toma a existência como garantida. Neste aspecto, o neo-utilitarismo, além de ter uma visão circunscrita de idéias, não coloca a estrutura constitutiva como elemento de análise.

O eixo do debate nas relações internacionais dominado pelo neo-realismo e institucionalismo neoliberal conduziu às proposições construtivistas, tal como elaboradas por Wendt (1992). Neo-realismo e institucionalismo neoliberal compartilham o racionalismo e tratam identidades e interesses dos Estados como exógenos e dados. Os racionalistas/neo-utilitaristas consideram o auto-interesse como ponto inicial da teoria, pois se detêm no comportamento dos agentes e generalizam resultados. Estas teorias prevêm a mudança de comportamento, mas não de identidades e interesses.

A crítica de Wendt, perante tais características, encontra-se sobretudo no poder causal conferido por estas teorias - tidas como racionalistas - à anarquia configurada no sistema internacional. Para o neo-realismo, um sistema em que a autoridade e a segurança coletiva são ausentes, numa lógica de auto-ajuda, a dinâmica competitiva do dilema de segurança e o problema de ação coletiva se generalizam. Neste quadro, somente é possível aprendizagem e adaptação de comportamento, pois tais teorias não abarcam redefinição de identidade e interesses. Os liberais concedem poder causal à anarquia - como os neo-realistas -, reconhecem a possibilidade de cooperação, mas também têm seus pressupostos sustentados no princípio de auto-ajuda. Tais proposições sobre a anarquia leva à discordância de Wendt e a sua formulação sobre as bases construtivistas:

I argue that self-help and power politics do not follow either logically or causally from anarchy and that today we find ourselves in a self-help world, this is due to process, not structure. There is no 'logic' of anarchy apart from the practices that create and instantiate one structure of identities and interests rather than another; structure has no

¹ Ruggie não desconsidera a tipologia de Goldstein e Keohane. Mas na apresentação de seu argumento Ruggie, dentro da esfera do construtivismo, vai além do que propõem os autores em questão, pois estes caem no individualismo metodológico. O centro das pesquisas construtivistas ocorre antes das proposições do neo-utilitarismo, pois problematiza interesses e identidades dos atores.

² Ruggie ressalta que neoliberalismo e neo-realismo são desenhados diretamente da microeconomia.

existence or causal powers apart from process. Self-help and power politics are institutions, not essential features of anarchy. *Anarchy is what states make of it* (Wendt, 1992: 394-395).

Pela abordagem construtivista é possível interpretar que a distribuição de poder na política internacional é constituída, em grande parte, por interesses que são constituídos por idéias. Wendt expõe que idéias não são mais importantes do que poder e interesses, nem são autônomas a eles, mas enfatiza que poder e interesses pressupõem idéias (Wendt, 1999).

O poder também é um elemento central para o construtivismo. O neo-realismo e institucionalismo neoliberal concebem o poder pelas forças materiais, seja militar ou econômica, traduzidas nas capacidades dos Estados de influenciar a política internacional. O construtivismo não despreza este fator, mas argumenta que como o material, o poder discursivo é tão necessário para entender os envolvimento no mundo político. Da mesma forma, a abordagem construtivista não nega que os Estados ajam em busca do interesse nacional, mas o que é fundamental para o construtivismo é como os interesses são pensados e constituídos. Estes elementos conduzem a afirmativa construtivista de que idéias constituem interesses. Assim, “the fact remains that if interests are made of ideas, then discursive processes of deliberation, learning, and negotiation are potential vehicles of foreign policy and even structural change that would be neglected by a materialist approach” (Wendt, 1999:135).

Em suma, sob a óptica do construtivismo, idéias estão na base da definição de identidades e interesses. Como demonstra Wendt:

When leaders of the G-7 hold annual but substantively trivial meetings to discuss economic policy, or “European identity,” or Gorbachev tries to end the Cold War with rhetoric of “New Thinking” and a “common European home,” or Third World states develop an ideology of “nonalignment,” or the United States demonizes Saddam Hussein as “another Hitler” states are engaging in discursive practices designed to express and/or change ideas about who “the self” of self-interested collective action is. These practices may ultimately serve an instrumental or strategic function, but they cannot be understood from a strictly rationalist standpoint, since they are at base about redefining identity and interest. (Wendt, 1996:58)

A observação de Wendt, acima, é uma exemplificação e permite ilustrar como o construtivismo analisa as relações entre os Estados no sistema internacional e o papel conferido às idéias como formadoras de identidades e interesses. Os construtivistas vêem a estrutura do sistema internacional como uma distribuição de idéias, porque têm uma ontologia idealística. Em aspectos gerais:

Contra neorealism, constructivism assumes that actors and structures mutually constitute each other; anarchy must be interpreted to have meaning; state interests are part of the process of identity construction; power is both material and discursive; and change in world politics is both possible and difficult. (Hopf, 1998: 181)

Numa perspectiva de expandir o campo teórico das relações internacionais, os seguidores da abordagem construtivista³ encontram limitações nas teorias convencionais. Dentro dos preceitos construtivistas, observa-se a forte influência da

³ O primeiro a estabelecer esta denominação foi Onuf em 1989, conforme relatado por Wendt (1992). Existem interpretações de que Wendt e Katzenstein são considerados como tendo visões positivistas de análise dentro da abordagem construtivista, enquanto Nicholas Onuf e Friedrich Kratochwil seguem uma visão subjetiva das relações internacionais e argumentam que construtivismo requer uma epistemologia e métodos diferentes das ciências naturais (Houghton, 2007).

tradição sociológica e o envolvimento numa criação teórica heterodoxa, assim como a incorporação das bases intersubjetivas da ação e ordem social nas análises.

O foco dado pelos construtivistas às suas análises diz respeito aos fatores como idéias, normas, crenças, conhecimentos e o papel da coletividade assegurados por idéias intersubjetivas. Assim, o entendimento da vida social compõe o estudo da política internacional, pois não somente os fatores materiais, mas, primeiramente, os relativos às idéias formam as interações humanas.

Hopf (1998) ao expor os fundamentos do construtivismo classifica-o dentro das variações convencional e crítica. Estabelece também que o construtivismo oferece uma alternativa para o entendimento de temas centrais das relações internacionais, entre eles o significado da anarquia e balanço de poder. Reconhece que enquanto a linha crítica se detém mais na teoria social crítica, o construtivismo convencional deseja apresentar uma alternativa ao *mainstream* das teorias das relações internacionais. Esta condição leva o construtivismo a requerer um programa de pesquisa e a reavaliação de conceitos como o de balanço de poder, dilemas de segurança, teoria da cooperação neoliberal e paz democrática. As questões do programa de pesquisa construtivista se concentram em temas como a identidade no mundo político, a teorização de política doméstica e cultura nas teorias das relações internacionais. Para isto, as análises construtivistas englobam cultura, normas, instituições, procedimentos, regras e práticas sociais que constituem os atores e as estruturas.

O tratamento homogeneizante dado pelo neo-realismo à análise do interesse nacional, nega que interesses sejam produtos de práticas sociais mutuamente constituídas por atores e estruturas. Como observe Hopf:

Constructivism and neorealism share the assumption that interests imply choices, but neorealism further assumes that states have the same a priori interests. (...) By making interests a central variable, constructivism explores not only how particular interests come to be, but also why many interests do not. (...) The social practices that constitute an identity cannot imply interests that are not consistent with the practices and structure that constitute that identity (Hopf, 1998: 176).

Para Wendt (1992), identidade, além de ser elementar na definição de interesses, é inerentemente relacional, ou seja, identidades ganham significados sempre dentro de um mundo específico e socialmente construído. Assim, os ambientes internacional e nacional formam interesses de Estado. O entendimento sobre a identidade torna-se uma questão empírica e não pode ser compreendido dos contextos normativos, culturais e institucionais. Como especifica Hopf:

The neorealist assumption of self-interest presumes to know, a priori, just what is the self being identified. In other words, the state in international politics, across time and space, is assumed to have a single eternal meaning. Constructivism instead assumes that the selves, or identities, of states are a variable; they likely depend on historical, cultural, political, and social context. (Hopf, 1998:176)

Como observa Katzenstein (1996), as identidades de Estados emergem de suas interações com os diferentes ambientes sociais, doméstico e internacional. Em suas palavras:

The international and domestic societies in which states are embedded shape their identities in powerful ways. The state is a social actor. It is embedded in social rules and conventions that constitute its identity and the reasons for the interest that motivate

actors. On this point the contrast between a sociological perspective on the one hand and neoliberalism and neorealism on the other is substantial (Katzenstein, 1996:23).

Ainda, como relatam Finnemore e Sikkink (2001), identidades de Estado formam, fundamentalmente, preferências e ações. Os autores que seguem a abordagem construtivista sustentam que identidades de Estado são construídas tanto no ambiente internacional como no doméstico. Porém há variações, Wendt (1992, 1994), por exemplo, coloca mais ênfase no impacto do ambiente internacional. Outros autores, como no livro editado por Katzenstein (1996), mostram como o conteúdo cultural – normas, por exemplo - e identidades construídas podem contribuir para o estudo de segurança nacional. Mas, independente da ênfase dada, deve-se observar que na relação entre identidades de Estados, interesses podem mudar. Ademais, identidades específicas de Estados específicos formam seus interesses e padrões de resultados internacionais, fator não incorporado pelas teorias racionalistas.

Wendt (1992) procurou como objetivo estabelecer a relação entre o que os atores fazem e o que eles são, numa relação causal entre prática e interação, como variáveis independentes. As estruturas cognitivas no nível individual dos estados e dos sistemas de estados, que constituem identidades e interesses, são tidas como variáveis dependentes. Destas observações decorre a noção de que atores estatais e estruturas sistêmicas são “mutuamente constitutivos”, de modo que os atores envolvidos na interação formam e sejam formados pelo “estoque de conhecimento” que constituem identidades coletivas e interesses que, por conseguinte, constituem as estruturas da vida internacional.

Wendt concorda que os Estados são atores dominantes no sistema internacional, mas entende também que Estados e interesses podem ser coletivamente transformados dentro de um contexto anárquico por muitos fatores individuais, domésticos, sistêmicos ou transnacionais. Com efeito, tais fatores também são importantes variáveis dependentes (Wendt, 1992). Assim, Wendt demonstra que:

Identities and such collective cognitions do not exist apart from each other; they are “mutually constitutive”. On this view, institutionalization is a process of internalizing only behavior; socialization is a cognitive process, not just a behavioral one. Conceived in this way, institutions may be cooperative or conflictual, a point sometimes lost in scholarship on international regimes, which tends to equate institutions with cooperative or conflictual, a point sometimes lost in scholarship on international regimes, which tends to equate institutions with cooperation. (Wendt, 1992: 399)

Nesta abordagem, a condição de auto-ajuda pode ser uma instituição e inimigos também podem ser definidos intersubjetivamente. Para Wendt, anarquia e distribuição de poder somente têm significados para a ação do estado em virtude do entendimento e expectativas que constituem identidades e interesses institucionais. “If states find themselves in a self-help system, this is because their practices made it that way. Changing the practices will change the intersubjective knowledge” (Wendt, p. 407).

Identidades e interesses são constituídos por significados coletivos que estão sempre em processo. Na tipologia de Wendt (1992) há uma codeterminação entre instituições e processos. Como estipulado, na ação de um determinado Estado que tem suas identidades e interesses, há uma interpretação desta ação por um outro Estado, que também tem suas identidades e interesses. Nesta situação há intersubjetividade, entendimento e expectativas pertencentes e constitutivas pelos estados envolvidos. Para Wendt (1994), a base intersubjetiva de identidade social pode ser tanto cooperativa quanto conflitiva, pois a condição de inimigo é uma relação social. Conflitos também

são fenômenos intersubjetivos, pois há percepções formadas de assuntos e ameaças. Na estrutura social da Guerra Fria, por exemplo, Estados Unidos e União Soviética tinham uma identidade na visão de segurança nacional e, por consequência, a definição do *self* e de suas posições na estrutura social.

As proposições de Wendt permitem compreender que identidades coletivas entre Estados podem emergir endogenamente no nível sistêmico e conduzir à mudança sistêmica. Esta afirmativa de Wendt (1994) se contrapõe à visão racionalista tanto do neo-realismo quanto do neoliberalismo, com base na ação coletiva analisada nos termos Mancur Olson⁴, onde a interação sistêmica não transforma os interesses dos Estados. Ao contrário, contrutivistas acreditam que sistemas podem formar identidade e interesse de Estados. Observa-se, assim:

At the low end of this continuum are theories, such as rational choice and game theory, that depict the defining properties of actors as intrinsic and thus not generated by environments. Such theories may acknowledge a role for environmental structures in defining the opportunities and constraints facing actors, and thereby in conditioning the behavior of the latter via “price” effects, but not in constructing actors themselves. (...) In both cases the properties of an actor, as well as its behaviors, depend upon a specific social context. The identities that states project, and the interests that they pursue, can therefore be seen as partly constructed by their environments. (Jepperson, Wendt, and Katzenstein, 1996: 41-42)

O neo-realismo reconhece a possibilidade de mudança estrutural somente no aspecto de transição de distribuição de poder de uma estrutura para outra como, por exemplo, a passagem da bipolaridade para a multipolaridade, mas Wendt (1999) acredita que a mudança estrutural do sistema é uma mudança cultural.

Wendt não contesta a condição de um sistema anárquico. Acredita que anarquia é um sistema de auto-ajuda e que pressupõe o predomínio do auto-interesse dos Estados, que constituem o sistema anárquico em função das identidades e interesses que estabelecem entre eles. Ademais, um sistema anárquico está intimamente vinculado à distribuição de identidades de Estados, como estabelecido no princípio da relação entre estrutura e agentes:

Structures do not exist except by virtue of the agent- or unit-level properties and relations by which they are instantiated. The structure of a states system is constituted as anarchic by member states having and acting on the identity of juridical independence and self-governance⁵. (...) The structure of the states system is supervenient on the properties of states, and the properties of states – including state identities – are, to a significant but lesser extent, dependent on properties of the states system. (Wendt, 1996: 47-49)

Nesta concepção, a anarquia no sistema internacional pode engendrar tanto um sistema de auto-ajuda ou uma ordem cooperativa. Cada condição depende do conteúdo das identidades dos estados.

Para Wendt, as propriedades dos agentes estatais são tanto materiais, como os fatores militares e econômicos, idealísticos - quanto relacionados às idéias - como percepções, identidades e auto-entendimento. Dentro da lógica de superveniência para propriedades idealísticas dos estados, Wendt acredita que existe uma estrutura cultural do sistema de estado, em que são compartilhadas crenças, idéias, identidades e entendimentos em comum. Neste aspecto, formações de conflitos estão inseridos dentro de uma estrutura cultural, uma vez que as dimensões de ameaças, inimizades,

⁴ Analisa comportamento no provimento de bens públicos.

⁵ Um estado pode ter várias identidades.

hegemonias ideológicas têm significados. Para o construtivismo, na estrutura do sistema de estado há uma coexistência e relações entre os elementos materiais e culturais, mas há também a prioridade dada pelos construtivistas às questões culturais sobre as materiais, pois os atores agem nas bases dos significados que são socialmente construídos. Assim, “the Cold War was at base a cultural rather than material structure, and thus the end of Cold War was a ‘structural change’ along that dimension” (Wendt, 1996:49). A relação de inimidade não é uma relação material e sim social.

Na análise da identidade e, por conseguinte, interesses como variáveis a serem explicadas, construtivistas dão relevância ao entendimento de normas como elementos que constituem identidades. Como exemplo,

Norms of racial equality that emerged from domestic debates over race relations eventually diffused globally through transnational politics and politicized South African apartheid. Analogously, ideas about citizenship, developed in domestic contexts, were implicated in the process of decolonization (Jepperson, Wendt, and Katzenstein, 1996: 58).

Katzenstein (1996) explica que os autores do livro *The culture of national security: norms and identity in world politics* usam o conceito de normas para descrever expectativas coletivas para comportamento próprio de atores com uma dada identidade. Normas tanto definem identidades, quanto prescrevem comportamentos, ou fazem ambos.

Sobre a possibilidade de cooperação, Wendt (1994) relembra que o princípio da ação coletiva, nos termos de Mancur Olson⁶, adotada pelos *mainstream* da teoria das relações internacionais, não contempla a identidade existente entre os atores para cooperar. Na observação de Jepperson, Wendt, and Katzenstein,

Game theoretic models are then typically used to analyze how material structure provides incentives for particular kinds of behavior. This perspective focuses on how to contain or manage given conflicts, neglecting strategies for solving them by transforming underlying identities and interests. The analytical problem of conflict management and order is thereby reduced to the problem of balancing or achieving cooperation between exogenously given competitors. (Jepperson, Wendt, and Katzenstein, 1996: 43)

Percebe-se também que há uma diferença importante entre teoria dos jogos e análises construtivistas sobre o poder causal das instituições. Na análise de cooperação da teoria dos jogos, a estrutura do jogo de identidades e interesses é exógena para a interação e, portanto, não muda, pois o comportamento dos atores são regulares pelos custos das transações. A teoria dos jogos prevê a ação dos Estados numa determinada condição. Keohane desenvolveu um argumento racionalista para explicar a existência de instituições internacionais, baseada numa analogia à deficiências de mercado em economia. Nesta perspectiva, projeta o comportamento dos estados sob as condições do modelo de Dilema dos Prisioneiros, pois argumenta que os altos custos de transação e incertezas assimétricas podem conduzir para resultados sub-ótimo. As instituições, ao fornecer informações para atores, podem, assim, capacitar estados para arquivar seus próprios objetivos mais eficientemente. Nestes termos, instituições possibilitam cooperação, uma vez que há uma racionalidade instrumental para fornecer um elo entre ambiente e comportamento do ator através de expectativas. Todavia, como demonstra Wendt:

⁶ Este tipo de ação coletiva, sem identificação, é compatível com a anarquia.

A construtivista analysis of cooperation, in contrast, would concentrate on how the expectations produced by behavior affect identities and interests. The process of creating institutions is one of internalizing new understandings of self and other, of acquiring new role identities, not just of creating external constraints on the behavior of exogenously constituted actors. Even if not intended as such, in other words, the process by which egoists learn to cooperate is at the same time a process of reconstructing their interests in terms of shared commitments to social norms. Over time, this will tend to transform a positive interdependence of outcomes into a positive interdependence of utilities or collective interests, not merely because of transaction costs. (Wendt, 1994: 417)

O detalhamento de Hopf (1998) sobre cooperação indica que na linha de análise construtivista pode-se começar metodologicamente a investigação analisando como Estados entendem seus interesses dentro de uma área particular. Desta forma, a distribuição de identidades e interesses de Estado tornam-se relevantes para a cooperação, pois numa perspectiva construtivista é necessário reconstruir as comunidades intersubjetivas. Enquanto que para o institucionalismo neoliberal os aparatos institucionais são arquitetados para reduzir incertezas entre os Estados, para o construtivismo enfatiza que o nível de certeza é uma variável associada com a identidade e a prática entre os atores.

Nesta concepção, a ação coletiva não depende somente da coerção ou incentivos seletivos, uma vez que não são somente estes fatores que possibilitam as interações sociais. É possível uma ação coletiva ser sustentada por expansões de reciprocidades e empenho para arcar com custos sem incentivos seletivos. Wendt (1994, 1996) assegura que se os Estados desenvolvem uma identidade coletiva e estabelecem as bases para propostas em comum ou interesses. Tanto o auto-interesse, assim como o interesse coletivo, são definidos por Wendt como efeitos da extensão e maneiras que as identidades sociais desenvolvem uma identificação com o destino de outros Estados. As identidades coletivas variam tanto no aspecto temporal como nos âmbitos espaciais bilaterais, regionais e multilaterais. Wendt esclarece esta questão:

Thus, I am *not* suggesting that collective interests replace egoistic ones as exogenously given constants in a rationalist model, but rather that identities and interests be treated as dependent variables endogenous to interaction. This would allow us to treat collective action as not merely a problem of changing the price of cooperation for self-interested actors but a process of creating new definitions of self. And that, in turn, is crucial to structural change in the states system. (Wendt, 1996:54).

Numa abordagem sobre ameaça entre Estados, a vertente realista prevê alianças. O neo-realismo estrutural as concebe num princípio de balança de poder. Risse-Kappen (1996) pontua que estes elementos servem em parte para a análise, pois há uma indeterminação do realismo com relação à formação e aos fatores que estão na origem e na interação das partes. Numa perspectiva construtivista Risse-Kappen analisa especificamente o caso da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), ou seja, sua origem e sua permanência após a Guerra Fria⁷. Neste caminho, questiona por qual motivo os Estados Unidos, na posição de super poder logo após a Segunda Guerra Mundial, apenas quatro anos depois, fundam com a Europa Ocidental o *North Atlantic Treaty Organization*. Também põe em questão a sobrevivência desta cooperação e sua continuidade pós-Guerra Fria. O autor dá fundamento a sua argumentação sustentando que a aliança ocidental é uma institucionalização de uma comunidade transatlântica baseada em valores comuns e identidade coletiva de democracias liberais, com base no

⁷ Pelo realismo estrutural de Waltz a OTAN não sobreviveria após a Guerra Fria.

liberalismo republicano. O fim da Guerra Fria, assim, não significou o término da comunidade ocidental de segurança, visto que as normas, valores e instituições democráticas destes países e suas identidades coletivas se mantiveram. Na análise de Risse-Kappen, configurações de identidade de Estados afetam estruturas normativas interestatais, como regimes ou comunidades de segurança.

Katzenstein (1996) alega que o neo-realismo não reconhece nenhum aspecto normativo do sistema internacional e que o constrangimento exercido pelo sistema sobre o Estado - premissa aceita pelo neo-realismo - não afeta concepções de interesse.

Em suma, a linha argumentativa do construtivismo nasce do reconhecimento conferido às teorias racionalistas - mais especificamente do neo-realismo e do neoliberalismo - de trabalharem com concepção de identidades e interesses como dados e excluem da análise da política internacional a possibilidade de problematizar identidades de Estado e, por consequência, a mudança do sistema internacional. Wendt desenvolve seu pensamento dentro da tradição sociológica e considera sua abordagem pertencente à teoria social, com uma ontologia construtivista da vida social.

2. Brasil e Índia: a identidade Sul

No encaminhamento da análise das relações entre Brasil e Índia, este trabalho adere à proposição construtivista. Nesta perspectiva, considera-se que a aproximação entre Brasil e Índia configura uma relação constitutiva de identidade e interesses.

Brasil e Índia, embora sejam identificados como países similares, não têm um histórico de relações bilaterais estreitas. Observa-se, no entanto, que nos últimos anos além de participarem de categorias de países com especificidades comuns nas múltiplas esferas de atuação internacional, Brasil e Índia estão construindo um processo aproximativo através de várias iniciativas. Após a visita ao Brasil da Primeira Ministra da Índia Gandhi, em 1968, a próxima visita de uma autoridade deste posto entre os dois países somente ocorreu em 1996 com o Presidente Fernando Henrique Cardoso à Índia. Entretanto, nos anos mais recentes ocorreram vários contatos de alto nível entre os chefes de Estado e Governo dos dois países.

O acirramento das relações entre Brasil e Índia nos anos 2000, mais propriamente nos dois mandatos do Presidente Lula, tem por base a formação de uma identidade coletiva como “Grandes Países do Sul” e a emergência de interesses convergentes no âmbito da estrutura do sistema internacional. Estes fatores, que envolvem identidade de Estados afetam, por conseguinte, estruturas normativas interestatais, tal como tentam buscar Brasil e Índia no regime de comércio internacional, OMC, ou na esfera de segurança, no Fundo Monetário Internacional, como no Conselho de Segurança da ONU e numa ação coletiva institucionalizada como o IBSA (Diálogo Índia, Brasil e África do Sul).

Embora os países busquem maximizar ganhos em coalizões, o contexto aproximativo, as articulações, as parcerias e as relações bilaterais entre Brasil e Índia não podem ser entendidos estritamente como motivados por “ganhos em jogos”, ou restringidos por políticas domésticas, mas pela análise dos elementos significativos das

interações originados em idéias e identidades de interesses no âmbito das relações internacionais. Neste caso, se faz uma análise da identidade coletiva entre Brasil e Índia.

O Diálogo trilateral entre Brasil, Índia e África do Sul (IBSA) é ilustrativo. A constituição deste Diálogo demonstra, desta forma, uma aproximação provinda da idéia de que países em desenvolvimento podem juntar forças e criar programas de cooperação Sul-Sul. Na base da formação deste processo insere-se o elemento fundamental para tal aproximação, ou seja, a identidade entre estes países. Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil, em relato sobre o IBSA revela este fator:

We are democracies, but when I say this, we are not importing western style democracy. Each of our countries is developing democracy in the full sense but also with the social content which is very important because it is not only the formalities of democracy that count. We are countries with multicultural situations but also problems. We are all strategically located in each one of our regions. (The Hindu, Nova Delhi, Índia, 17/07/2007)

O interesse na interação entre estes três países a partir da identidade, a princípio como democracias, países multiculturais e com papéis estratégicos em suas regiões conduz a uma identidade coletiva e à constituição de estruturas normativas interestatais encaminhadas para cooperações mútuas, auxílio à países pobres e estreitamento de interesses em foros multilaterais. Amorim descreve o IBSA como:

There are basically three dimensions. First is the development of joint projects of our own – in S&T, health, transport, commerce. In other words, cooperation among ourselves for projects directed towards our own progress. Second is our cooperation vis-à-vis poorer countries. This is the first time you have some developing countries joining forces to help other countries that are poorer than themselves. We already have very successful projects in Haiti and Guinea-Bissau and I think we should not mean you cannot have solidarity. And we've created a fund. At third dimension is the reinforcement of our own cooperation in international fora, like the reform of the UNSC. We are members of G-20 in the WTO. (The Hindu, Nova Delhi, Índia, 17/07/2007)

Ao longo das últimas quatro décadas, Brasil e Índia constituíram identidades de Grandes Países do Sul, caracterizados pela busca do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Os encontros bilaterais entre Brasil e Índia nos últimos anos reforçam estas idéias e interesses manifestos no acordo IBSA, ou seja, o princípio de explorar as oportunidades Sul-Sul. Os dois países são marcados por grande repertório de coordenação em questões e fóruns multilaterais, reconhecidos por objetivos globais comuns.

Na visita de Monmohan Singh ao Brasil, em 2006, a relação entre os dois países foi elevada ao posto de parceria estratégica⁸. Neste acirramento de relações, busca-se fortalecer vínculos econômicos-comerciais, fomentar iniciativas nas áreas de agricultura, desenvolvimento de recursos humanos, ciência e tecnologia, saúde, energia renovável e não-renovável, infra-estrutura, investimento, educação e cultura. Cabe ressaltar, ainda, além do IBSA, o crescente trabalho conjunto em vários fóruns multilaterais, como na OMC, como lideranças no G-20, e o empenho dos dois países, de forma coordenada, para se tornarem membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU.

⁸ Em anexo, ver os principais acordos e visitas entre os dois países até 2006 disponível em <http://www.meaindia.nic.in/foreignrelation/brazil>.

Em outros termos, pode-se dizer que a aproximação entre Índia e Brasil advém da convergência de identidades que formam uma identidade coletiva que alavanca novas idéias e interesses. A partir deste princípio, estruturas e mecanismos da cooperação foram estabelecidos. A conjunção de interesses entre Brasil e Índia insere-se na conduta dos dois países em favorecer uma ordem mundial multipolar, fortalecer a multipolaridade e maior participação destes países nas decisões em instâncias multilaterais com o princípio de explorar as oportunidades Sul-Sul.

3. Conclusão

A escolha pela vertente construtivista e a crítica às outras abordagens inerentes a esta escolha justifica-se pelo objeto de investigação, ou seja, as relações entre Brasil e Índia. Aderindo à afirmativa de que as perspectivas de estudos das relações internacionais podem ser entendidas em termos do que elas nos mandam investigar e como investigar (Buzan, 2002), acredita-se que o interesse constituído entre Brasil e Índia se estabeleceu sobre uma identidade construída na arena do sistema internacional. Mas como os atos dos atores e suas relações sociais⁹ estão impregnados de significados, visto que há entendimentos intersubjetivos compartilhados, tornam-se relevantes os elementos, idéias e acontecimentos que constituem cada país como ator e suas identidades corporativas e sociais, para, então, analisar a identidade coletiva constituída entre Brasil e Índia¹⁰.

Ao tomar o caminho de análise da interação entre Brasil e Índia na abordagem construtivista, busca-se primeiramente tratar a identidade como entendimento específico e expectativas sobre o *self*, de cada país. Pois, neste encaminhamento,

(...) international politics is in part about acting on material incentives in given anarchic worlds. However, it is also about the reproduction and transformation, by intersubjective dynamics at both the domestic and systemic levels, of the identities and interests through which those incentives and worlds are created. (Wendt, 1996:63).

Neste encaminhamento, quebra-se o *script* comum de caracterização de governos e políticas particulares, posicionamentos específicos em órgãos multilaterais, rupturas ou continuidades, mas a compreensão de idéias, identidades e interesses que expõem a aproximam Brasil e Índia, através da identidade coletiva de países em desenvolvimento e que buscam reforçar a influência nas regras de governança global.

⁹ O construtivismo considera que as relações são sociais e as normas, regras e instituições são desenvolvidas pelos seres humanos para estruturar suas interações em qualquer âmbito. Neste aspecto, o construtivismo tem um fundamento sociológico.

¹⁰ Há várias definições de Wendt sobre identidade

Referências Bibliográficas

ADLER, Emmanuel. O construtivismo no estudo das relações internacionais. *Lua Nova*, nº 47, 1999.

FINNEMORE, Martha and SIKKINK, Kathryn. Taking Stock: the constructivist research program in international relations and comparative politics. *Annu. Rev. Polit. Sci.* 2001. 4:391- 416.

HOPF, Ted. The Promise of constructivism in international relations theory. *International Security*, vol. 23, nº. 1, Summer 1998.

HOUGHTON, David Patrick. Reinvigorating the Study of Foreign Policy Decision Making: Toward a Constructivist Approach Foreign. *Policy Analysis* (2007) 3, 24–45

JEPPERSON, WENDT and KATZENSTEIN, Peter J. In KATZENSTEIN, Peter J. (ed.) Norms, identity and culture in national security. In *The culture of national security: norms and identity in world politics*. New York: Columbia University Press, 1996.

KATZENSTEIN, Peter J. (ed.) *The culture of national security: norms and identity in world politics*. New York: Columbia University Press, 1996.

LIMA, Maria Regina Soares and HIRST, Mônica. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. *International Affairs*, 82, 1 (2006).

LIMA, Maria Regina Soares. O Brasil e as relações Sul. CEBRI Dossiê - 2008. www.cebri.org.br.

Ministério das Relações Exteriores do Brasil. <http://www.mre.gov.br>

Ministry of External Affairs India. <http://meaindia.nic.in/>

RUGGIE, John Gerard. What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge. *International Organization* 52, 4, Autumn 1998.

WALTZ, Kenneth N. *Teoria das relações internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. *International Organization* 46, 2, Spring 1992.

_____. Collective identity formation and the international state. *American Political Science Review*. Vol. 88, nº. 2, June 1994.